

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 - (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, a PB-LOG completou 10 anos de existência e atuou alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstreαm*, com reconhecida posição competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício premiou um esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, sempre visando maiores níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2022, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0.59 acidentados/milhão de homens-hora, um decréscimo de 40% em relação a 2021 e de 39% em relação ao limite de alerta para esse indicador. Acerca do nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 1.162, o qual representa a eficiência e a escala das nossas operações, será integralmente distribuído ao Acionista sob forma de dividendos. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação/cessão de frota para atendimento às nossas demandas de servico, sempre em colaboração para uma adequada gestão do Pool logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, priorizamos a diligência nas medições contratuais. Houve evolução nos controles de atendimento às obrigações assessórias, com mitigação de exposição contratual e a regularização de saldos e provisões com clientes e fornecedores. Tivemos também um ano de evolução na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controle de Riscos Empresariais e de Integridade, na elaboração de ferramentas de controles e governança e na implementação do Programa Mais Valor para apoio à cadeia de fornecedores. Ademais, em continuidade às ações de preservação de caixa e redução de custos e despesas iniciadas junto com a pandemia de COVID-19 em 2020, a PB-LOG adotou um modelo permanente (adesão voluntária) de teletrabalho por até três dias na semana. A efetiva aplicação desse modelo foi implementado em 2021 e se manteve durante todo o ano de 2022. A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda possui importantes iniciativas de gestão para atender às demandas e expectativas de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças. Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela cooperação ao longo do ano 2022 e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2023. A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes.

A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão

Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão

Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.













Orientação ao Superação e

confiança

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da

mercado

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários <u>pa</u>ra a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PE, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da Companhia em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado e define eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos

MODELO DE NEGÓCIO A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, visando ao atendimento em prontidão, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras. Logística integrada: A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atende: todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos. Controle de Emergência (CE): A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente. Serviços de Poços: Seguindo orientação estratégica de saída da Companhia da prestação de serviços de poços, o ano de 2022 marcou a finalização de todos os contratos de serviço ainda vigentes, tendo sido o abandono definitivo do poço TVD-02 a única operação realizada no ano neste segmento. **Engenharia Submarina:** O sucesso na operação de posicionamento, conexão e inspeção das linhas de ancoragem do FPSO Guanabara foi destaque no 1º trimestre. Posteriormente, houve continuidade na prestação dos serviços de ancoragem, instalações submarinas e inspeções e apoio ao *offloading* para os Ativos de Libra, Tartaruga Verde e Roncador, sendo todos os contratos de serviços encerrados ao final do ano, marcando a saída da Companhia deste segmento, conforme orientação estratégica

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia: No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, Apoio Logístico e Apoio Marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa: A Companhia desenvolve os seus negócios de forma orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade.

Administração: A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. **Diretoria Executiva** - É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Operações. No ano 2021, foi extinta a posição de Diretor Corporativo e Financeiro, com realocação de algumas atividades diretamente ao Diretor Presidente e, ademais, foi constituída a nova posição de Diretor Financeiro Auditoria Interna - A Auditoria Interna tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização (como TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros) com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, buscando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela Petrobras. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pela Diretoria Executiva e compreende a agenda de trabalhos da Auditoria Interna, observados os critérios de materialidade, relevância e criticidade. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, para o Diretor Presidente da PB-LOG e para o Diretor ao qual a área esteja subordinada. Os trabalhos concluídos também são informados, trimestralmente, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras. Comitê de Auditoria Estatutário - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras — especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Conglomerado Petrobras, bem como assessórar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) á atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS); e (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade: A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e suas participações societárias e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua Holding. Todas as operações condúzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética, aplicável no âmbito da Petrobras e suas participações societárias, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção – PPPC. As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (International Financial Reporting Standards), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas na sua controladora.

Relacionamento com Partes Interessadas: As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para a Petrobras e suas participações societárias, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações: Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; · Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; · Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e · UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido. A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos

seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com os Auditores Externos, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração. Canal de Denúncia: O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, Petrobras e suas participações societárias, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

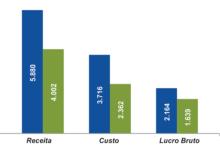
<mark>Gestão de Recursos Humanos:</mark> A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos da Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras e pela PB-LOG. *Gestão de Riscos*: A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Financeira da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente. Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei nº 13.303/2016. Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras. Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional; e (iv) Negócio. A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais: · A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. - A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia. A gestão de riscos inserellse no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua. Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação. · As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos *stakeholders* e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cenário Macroeconômico: As mais atuais projecões estimam um crescimento de cerca de 3,1% do PIB brasileiro em 2022, após crescimento de aproximadamente 4,6% em 2021. Em que pese ter sido um ano de eleições majoritárias e sujeito às maiores oscilações dos indicadores de mercado, ainda assim a economia manteve-se em crescimento, puxado pelos resultados positivos da indústria e principalmente dos servicos, ainda que o ritmo de crescimento da datividade econômica tenha arrefecido no último trimestre do ano. No tocante ao segmento de E&P no Brasil, o boletim de conjuntura da Indústria de Óleo & Gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que com a retomada das atividades presenciais dos setores de serviço e indústria elevou o consumo de combustíveis em um cenário de aumento global dos preços de petróleo e seus derivados, devido, principalmente, ao conflito na Ucrânia e o aumento da demanda internacional acima do esperado. Este contexto dominou a pauta de discussões do setor, levando a várias ações visando reduzir as variações de preço no país. Vale destacar ainda que vários agentes se preparam para iniciar operações no mercado de gás natural nacional, obtendo autorizações para comercialização e/ou carregamento. Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade e diversificou a sua atuação em 2022 na nova modalidade contratual de serviço de Controle de Emergência, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos e redução de custos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional: O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Campos e de Santos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção. Em 2022, a PB-LOG manteve contratos para prestação de serviços logísticos integrados com os consórcios BM-S-11, BM-S-09, Libra, Papa Terra, Albacora Leste, Roncador e Tartarugá Verdé. Também adicionou ao portfólio, nos dois últimos anos, contratos para prestação de serviços de controle de emergência de SMS para os consórcios Búzios, Sépia e Itapu. Quanto aos contratos de Serviços de Poços, houve atividade pontual de abandono em Tartaruga Verde refletindo a saída da Companhia do segmento. Já na área de Engenharia Submarina, a PB-LOG realizou operações de Ancoragem (Hook Up) e de remanejamento de linhas em Libra, além de operações no SPA2 também em Libra, Contudo, com operações menores em relação a 2021, já refletindo também a saída da Companhia do segmento.

	2022	2021
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	32	42
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	30	15
Serviços de Poços (operações/ano)	1	33
Engenharia Submarina (operações/ano)	382	1.061



Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações: Destaque dos Resultados de 2022: Para fins de comparação, a Companhia avalia seus indicadores com base nas receitas e custos sem os efeitos do CPC 47, que versa sobre receitas de contratos com clientes. Os efeitos da saída dos segmentos de Serviços de Poços e de Engenharia Submarina, provocaram a redução (i) da receita líquida em 32% (R\$ 4.002 em 2022, frente a R\$ 5.880 em 2021); e (ii) do lucro bruto em 24% (R\$ 1.639 em 2022, frente a 2.164 em 2021). Este resultado é reflexo do reenquadramento estratégico de atuação da Companhia, definido pela Controladora. Contudo, a PB-LOG avançou nas operações em Controle de Emergência (+281% dias de operação), representando um aumento no lucro bruto de RS 169. Cabe destacar ainda que os principais indicadores de performance da Companhia foram auferidos acima da meta, destacando se: (1) o NOPAT (*Net Operating Profit After Taxes*) que atingiu R\$ 1.070 (meta de R\$ 769); (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R\$ 1.158 (meta R\$ 769); e (3) os gastos com DG&A (Despesas

Gerais e Administrativas), que reduziram 25% em relação à meta de R\$ 28. Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista: Em 2022, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 2.371 em riqueza à sociedade, uma redução de 21% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2021. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,56 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, os quais totalizaram R\$ 1.181 (aproximadamente 77% em relação ao exercício anterior), sendo R\$ 1.028 tributos federais e R\$ 153 tributos municipais.

Distribuição do Valor Adicionado 2021 (R\$ Milhões) Distribuição do Valor Adicionado 2022 (R\$ Milhões

Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias. A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2022, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2022, no montante de R\$ 1.162 (R\$ 1.403 em 2021) contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

O cenário macroeconômico para os próximos anos apresenta desafios ao crescimento econômico em meio à estabilização do contexto fiscal. No cenário externo, há risco de desaceleração global a partir de 2023, o que pode vir a impactar as exportações brasileiras para grandes mercados, como Estados Unidos e China. Porém, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por investimentos com objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento com a entrada de novas unidades de produção. Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US\$ 78 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US\$ 64,3 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logisticos para atendimento das operações da Petrobras, podem surgir oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a Companhia seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio. Para que as ações de otimização sejam sustentáveis no longo prazo, a Companhia manterá seu Programa de Conformidade, em consonância com as práticas e conceitos adotados pela Petrobras. Destaca-se que o Programa apresenta as melhores práticas de prevenção à corrupção e reforça os valores relacionados a ética e transparência. Assim, o Programa prevê ações (e.g. treinamentos e divulgação de padrões) para melhoria contínua de suas práticas de conformidade e fortalecimento de sua cultura de integridade.

PLANO ESTRATÉGICO 2023-2027

O PE 23-27 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em Controle de Emergência e logística integrada, dando maior foco no seu principal eixo de atuação com o intuito de explorar melhor a atividade na qual a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva, saindo das atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina. Este reposicionamento tem reflexo

direto na queda da curva de receita e resultado nos proximos anos.		
Demonstração do Resultado - Plano Estratégico	R\$ milhões	Margem
Receita Líquida	7.989	
Custo do Serviço Prestado	(5.170)	
Lucro Bruto	2.819	35%
Despesas Gerais e Administrativas	(140)	
Despesas Tributárias	(8)	
Outras Despesas Operacionais	(18)	
Lucro Operacional	2.653	33%
Resultado Financeiro	189	
LAIR	2.842	
IR/CSLL	(966)	
1 1	1.076	270/

Para o primeiro ano do PE (2023), estabeleceu se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

3			
	Unidade	Meta	Tipo
Fluxo de Caixa Operacional	R\$ mil	709.161	Maior-Melhor
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R\$ mil	771.336	Maior-Melhor
Eficiência dos Gastos Corporativos (EGC)	%	1,23	Menor-Melhor

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), os quais emitiram o relatório de auditoria sem ressalvas. No exercício, então findo, não foram contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência da KPMG em relação à Companhia. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 03 de março de 2023, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

A Administração

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho

Rodrigo Valle Real Diretor Presidente

Giselle Pacheco Tinoco Diretora de Operações

Diretor Financeiro





CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 - (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)							
Ativo	<u>Nota</u>	2022	2021	Passivo	<u>Nota</u>	2022	<u>2021</u>
Circulante		1	1	Circulante Fornecedores	7	586.035	494.891
Caixa e equivalentes de caixa	Е	483.642	481.071	Arrendamentos	γ Ω	1.102	109
Contas a receber de clientes, líquidas Contas a receber FIDC		522.767	353.276	Imposto de renda e contribuição social	11	50.723	40.003
	5	522.767	353.276 936	Imposto de renda e contribuição social Impostos e contribuições	11	26.435	46.599
Despesas antecipadas	11	_ 71	185	Outros passivos		6.756	6.021
Imposto de renda e contribuição social	11	4.169		outios pussivos		671.051	587.623
Impostos e contribuições	11	1.010.650	40.461 875.930	Não Circulante		<u> </u>	
Não Circulante		1.010.050	6/5.930	Arrendamentos	8	1.177	1.950
				Provisão para processos judiciais e administrativos	10	50.988	75.025
Realizável a longo prazo	-	40.000	45.047	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.145	_
Contas a receber, líquidas	5	49.068	45.947	Outros passivos		2.334	1.783
Depósitos judiciais	10	43.921	40.002	·		55.644	78.758
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	75.417	11.142			726.695	666.381
Impostos e contribuições	11	75.417	66.459	Patrimônio Líquido	12		
		<u>168.406</u>	<u>163.550</u>	Capital social		249.391	249.391
Imobilizado	6	1.674	1.997	Reserva legal		49.880	49.880
		1.674	1.997	Dividendos adicionais propostos		<u>154.764</u>	<u>75.825</u>
		<u>170.080</u>	165.547			<u>454.035</u>	<u>375.096</u>
Total		<u>1.180.730</u>	<u> 1.041.477</u>	Total		1.180.730	<u>1.041.477</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÃO DE F Exercícios findos em 31 de dezer (Em milhares de Reais, exceto se ind	nbro de 2022 e 2		
Receita de servicos	<u>Nota</u> 15	2022 3.642.941	2021 4.217.471
Custo dos serviços prestados	18	(2.003.678)	(2.053.855)
Lucro Bruto		1.639.263	<u>2.163.616</u>
Receitas (despesas) Gerais e administrativas	18	(20.908)	(14.972)
Tributárias	18	(6.658)	(5.450)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	10.059	(31.182)
Resultado antes do resultado financeiro		(17.507) 1.621.756	<u>(51.604)</u> 2.112.012
Resultado financeiro líquido	16	137.681	13.117
Receitas financeiras .		139.057	41.776
Despesas financeiras		(1.376)	(28.659)
Lucro antes dos impostos Imposto de renda e contribuição social corrente	11	1.759.437 (585.369)	2.125.129 (726.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	ii	(12.287)	4.429
Lucro líquido do exercício		1.161.781	1.402.858
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	0,49	0,59
As notas explicativas são parte integrante da	s demonstrações fin	anceiras.	
~			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma

(Em mares de redis, execto se t	mateuad ac datra forma,	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.161.781	1.402.858
Outros resultados abrangentes	_	_
Resultado abrangente do exercício	1.161.781	1.402.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.161.781	1.402.858
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	382	103
Amortização de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(5)	(6)
(Reversão) provisão para processos judiciais e administrativos	(22.438)	13.476
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	12.287	(4.429)
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	229	30
Variações monetárias não realizadas	(19.811)	25.381
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(93.104)	(29.944)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos	_	(43)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	8.183	234.666
Impostos a recuperar	29.874	17.503
Outros ativos	(363)	(994)
(Redução) aumento de passivos		
Fornecedores	90.226	(377.411)
Processos judiciais pagos	(1.529)	_
Impostos e contribuições a recolher	222.266	199.318
Imposto de renda e contribuição social pagos	(231.709)	(246.575)
Outros passivos	<u>2.018</u>	(1.076)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u> 1.158.287</u>	<u>1.232.857</u>
Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros	(3.729.030)	(5.779.243)
Resgate em ativos financeiros	<u>3.652.630</u>	6.510.337
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	<u>(76.400)</u>	<u>731.094</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos	(67)	(548)
Pagamento de dividendos	(1.081.820)	(1.963.403)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	<u>(1.081.887)</u>	<u>(1.963.951)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	_	_
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1
	c: ·	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital Subscrito e <u>Integralizado</u>	Reserva <u>Legal</u>	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	249.391	49.880	146.166		445.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.402.858	1.402.858
Dividendos adicionais pagos de 2020	-	-	(146.166)	-	(146.166)
Dividendos intermediários					
pagos de 2021	_	_	-	(1.327.033)	(1.327.033)
Dividendos adicionais propostos					
de 2021			75.825	(75.825)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	249.391	49.880	75.825		375.096
Lucro líquido do exercício	_	-	_	1.161.781	1.161.781
Dividendos adicionais pagos de 2021	_	-	(75.825)	-	(75.825)
Dividendos intermediários					
pagos de 2022	_	-	-	(1.007.017)	(1.007.017)
Dividendos adicionais propostos					
de 2022			<u>154.764</u>	(154.764)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	249.391	49.880	<u>154.764</u>		454.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra formo

	(Em milhares de Réals, exceto se indicado de outra forma)				
		2022	2021		
	Receitas				
	Prestação de serviços e outras receitas	4.247.162	5.029.056		
		4.247.162	5.029.056		
	Insumos adquiridos de terceiros				
	Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.015.321)	(2.087.142)		
1		(2.015.321)	(2.087.142)		
	Valor adicionado bruto	2.231.841	2.941.914		
	Depreciação e amortização	(382)	(103)		
	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>2.231.459</u>	<u>2.941.811</u>		
	Valor adicionado recebido em transferência				
	Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	139.057	<u>41.776</u>		
	Valor adicionado total a distribuir	<u>2.370.516</u>	<u>2.983.587</u>		
	Distribuição do valor adicionado				
	Pessoal e administradores				
1	Salários e encargos	26.060	<u>18.534</u>		
		26.060	18.534		
	Tributos				
	Federais	1.015.721	1.351.064		
	Municipais	152.974	186.201		
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.287	(4.429)		
		1.180.982	1.532.836		
	Instituições financeiras e fornecedores				
	Juros, variações cambiais e monetárias	1.376	28.659		
	Despesas de aluguéis	317	700		
)		1.693	29.359		
	Acionistas	1 007 017	1 727 077		
)	Dividendos	1.007.017	1.327.033		
	Lucros retidos	<u>154.764</u>	75.825		
	Valor adiabased adiabath olds	<u>1.161.781</u>	1.402.858		
	Valor adicionado distribuído	<u>2.370.516</u>	<u>2.983.587</u>		
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fin	anceiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Em 1° de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada e de apoio marítimo, além de construção de pocos marítimos e engenharia submarina. 1.1. Destaques do exercício: Em 2022, a PB-LOG destaca as seguintes operações: (i) Nos serviços de Logística, além da continuidade na prestação de serviços aos clientes, destacam-se o início do atendimento na modalidade operacional de Combate à Emergência para Itapu e Sépia e a ampliação de vínculos contratuais com ativos exploratórios, Tartaruga Verde e o BM-S-09. Ademais, cabe destacar a descontinuidade na prestação de serviços de logística integrada para o consórcio Papa-Terra devido ao desinvestimento total do ativo pela Petrobras. (ii) Nos serviços de Poços, destacam-se as operações de abandono definitivo de poço no campo de Tartaruga Verde (BM-C-36) realizada entre setembro e outubro de 2022. (iii) Nos serviços de Engenharia Submarina os destaques foram, o Hook up do FPSO Guanabara realizado entre fevereiro e março de 2022. O contrato de Libra sofreu aditivo para permitir a continuidade da mobilização do SPA-2 com a interligação da linha de gás do MRO-5, o remanejamento das linhas de gás do SPA-1 e a interligação do poço MRO-3 ao FPSO Guanabara. No contrato de Tartaruga Verde houve a interligação do poço injetor TVD-9. Os contratos de prestação de serviços de construção de poços e serviços submarinos foram encerrados ao final de 2022 devido à descontinuidade destas modalidades de serviço pela Companhia. A Companhia em 2022 manteve contratos de prestação de serviços de Logística Integrada com os consórcios Papa-Terra e Albacora Leste, ativos nos quais a Petrobras atuava como operadora. Em função do desinvestimento integral nestes ativos realizado pela Petrobras, em 22 de dezembro de 2022 e 26 de janeiro de 2023, respectivamente, os serviços da PB-LOG a estes consórcios foram descontinuados. No exercício de 2022, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculado ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FI-

NANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). que estão convergidas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota explicativa 3 - Sumário das principais práticas contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 03 de março de 2023. 2.1. Demonstração do valor adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Novas normas e interpretações: International Accounting Standards Board (IASB): Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória		zada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na	
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.	Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants-Amendments	transação. As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospecti- va para as emendas ao IAS 1.	to IAS 1	passivo não é afetada pela probabili- dade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um pas- sivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são	
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.	2023, a Compa demonstraçõe O CPC emite p	requeridas pelas emendas, incluindo in- formações sobre passivos não circulan- tes com cláusulas restritivas covenants. ormativos que entrarão em vigor a part anhia está avaliando os efeitos da apli s financeiras. Comitê de Pronunciamen ronunciamentos e intepretações tidos co itidas pelo IASB. As emendas das IFRS cor	cação inicial em suas etos Contábeis (CPC): omo análogos às IFRS,

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 <i>Income Taxes</i> de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants-Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulante	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.



CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 - (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2022. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como as IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CP	IFRS equivalente C	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Definition of Accounting Esti- mates (Amendment to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS12)	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21	IFRS 17 – Insurance Contracts Amendments to IFRS 17 Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)	1º de janeiro de 2023

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. 3.1. Instrumentos financeiros: α) Reconhecimento e mensuração inicial: Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. b) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: · Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; · Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *c) Desreconhecimento*: Ativos Financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos Financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. d) Redução ao valor recuperável (Impairment): Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses. Entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). Aumento significativo do risco de crédito: Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial guando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto guando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Definição de inadimplência (default): A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas: Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. e) Apresentação: Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. 4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências: Á Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal das suas operações, bem como das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 10. 4.2. Perdas de crédito esperadas: A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Informações sobre a PCE são apresentados na nota explicativa nº 5. **4.3. Tributos diferidos sobre o** **lucro**: A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa nº 11.

5. CONTAS A RECEBER

	LULL	
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas (Nota 9)	483.642	487.017
Outras contas a receber - partes relacionadas		
(Nota 9) (b)	49.068	40.002
Terceiros	263	261
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	522.767	353.276
Total do contas a receber	1.055.740	880.557
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(263)	(263)
Total do contas a receber, líquidas	1.055.477	880.294
Circulante	1.006.409	834.347
Não Circulante (b)	49.068	45.947
(a) Recebíveis de ativos financeiros: Representam recu	ırsos aplicado	s em quo-
tas somianos de Cunda de Investimente em Diveites Cue		

tas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo da Petrobras e suas controladas e destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por suas subsidiárias e controladas. Os recursos aplicados no FIDC-NP são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado e tiveram rendimento de 12,37% em 2022 (4,40% em 2021). O aumento em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se a maior volume aplicado e rendimentos em função da continuidade dos aumentos da taxa Selic ao longo de 2022. (b) Contas a receber de longo prazo: Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às . perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 10. Os valores vencidos há mais de 30 dias são objeto de provisão para perda de crédito esperada, conforme indicado na nota explicativa nº 5. A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa nº 9.

6. ΙΜΟΒΙΙ ΙΖΔΠΟ

3. INOBILIZADO	2022	2021
Equipamentos e instalações de escritório	2	3
Direitos de uso	1.672	1.994
	<u>1.674</u>	1.997

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PBLOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. 6.1. Prática contábil: O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. Os bens do imobilizado relativos ao direito de uso são depreciados pelo método linear com base no prazo contratual. 7. FORNECEDORES

Terceiros no país 107.341 132.314 Partes relacionadas (Nota 9) 478.694 362.577 586.035 <u>494.891</u>

A companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o de-senvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela companhia com tais fornecedores, bem como não acrescenta encargos financeiros para companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e, a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do Programa, é de R\$ 678 (sem ocorrências em 2021) e possui prazo médio de pagamento de 22 dias.

8. ARRENDAMENTOS: Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PBLOG obtém integralmente os benefícios de seu uso. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está emonstrada a seguir:

Circulante Não Circulante	Saldo em 31.12.2021 2.059 109 1.950	Remensurações 58	Encerramento <u>Antecipado</u> –	Pagamentos de <u>Principal e Juros</u> (67)	Encargos incorridos no exercício 229	Saldo em 31.12.2022 2.279 1.102 1.177
Circulante Não Circulante	Saldo em 31.12.2020 703 593 110	Novos Contratos 1.916	Encerramento Antecipado (43)	Pagamentos de <u>Principal e Juros</u> (548)	Encargos incorridos no exercício 31	Saldo em 31.12.2021 2.059 109 1.950

8.1 Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos átivos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

9. PARTES RELACIONADAS: 9.1. Transações comerciais e outras operações: A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses

respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petróleo Bra- sileiro S.A. Petrobras	Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Petrobras Biocombustível S.A. PBIO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado do Sistema Petrobras	2022	2021
Ativo:		•				
Circulante						
Contas a Receber						07.17.10
Empresas ligadas	483.259	383	_	522.767	1.006.409	834.349
Não circulante						
Contas a Receber	49.068				49.068	45.947
Empresas ligadas	532.327	383		522.767	1.055.477	880.296
Passivo					1.033.477	000.230
Circulante						
Fornecedores						
Empresas Ligadas	478.315	262	117	_	478.694	362.577
Arrendamentos	1.102	_	_	_	1.102	109
Não circulante						
Arrendamentos	1.177				1.177	1.950
B 10 1	480.594	262	117		480.973	<u>364.636</u>
Resultado	7 6 41 306	1 6 4 5			2022	<u>2021</u>
Receita líquida por prestação de serviços	3.641.296 (789.779)	1.645	43	_	3.642.941 (789.735)	4.217.471 (655.787)
Custos dos serviços prestados Compartilhamento de gastos administrativos	(6.600)		(312)	_	(6.912)	
Resultado financeiro	(0.000)	_	(512)	93.104	93.104	29.944
Outras despesas e recuperação de custos	(9.597)	_	_	33.101	(9.597)	
2 at all all persons e recorperação de editos	2.835.321	1.645	(269)	93.104	2.929.801	3.581.930

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da Companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina. **9.2. Receita líquida de prestação** de serviços: Referem-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à quase totalidade da receita dos serviços prestados. 9.3. Remuneração da administração da Companhia: A remuneração dos membros da Diretória Executiva da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022. Foi deliberada a fixação do montante global de limite máximo anual da remuneração da Diretoria Executiva no valor de R\$ 6.368, válido para o período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023 (R\$ 5.484 para o período abril de 2021 a março de 2022). Em 2022, a remuneração anual total dos membros da Diretoria Executiva (incluindo salários, benefícios, remuneração variável e encargos) foi de R\$ 3.299 (R\$ 3.672 em 2021). A maior realização em 2021 deve-se, principalmente à ocupação integral das posições de Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor Corporativo e Financeiro, diferente de 2022 em que a posição de Diretor Financeiro foi executada de forma centralizada pela Petrobras. Em 2022, considerando salários e benefícios, a maior remuneração equivale a R\$ 85 (R\$ 83 em 2021), a menor, a R\$ 61 (R\$ 63 em 2021); e a remuneração média mensal, a R\$ 73 (R\$ 71 em 2021). A PBLOG é patrocinadora do plano de previdência Plano Petros 2 de modo a possibilitar o pagamento das contribuições referentes aos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, apenas durante o período de seus mandatos na PBLOG, cabendo à Petrobras integralmente as obrigações de benefício pósemprego. 9.4. Remuneração variável: Programa de Prêmio por performance - *PPP*: Em 2022, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou novo Programa de Prêmio por Performance (PPP) para o ano, destinado aos empregados da Pe-

trobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada na empresa, que, alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 há provisão para pagamento em 2023 de R\$ 3.666 referente ao PPP 2022 (R\$ 3.493 pagos em 2022 referente ao PPP 2021). Participação nos Lucros e Resultados – PLR: Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG que não ocupam funções gratificadas estão cobertos pelo Acordo Coletivo de Programa de Participação nos Lucros (PLR) negociado entre os Sindicatos e a Petrobras para o período 2021-2022. O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 há provisão de R\$ 235 em relação à PLR do exercício (R\$ 269 em 2021). **9.5. Remuneração do Conselho Fisca**l: Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, o que corresponde a um limite mensal de R\$ 6, dentro do limite autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI Nº 112380/2022/ME), a ser paga no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023. No exercício de 2022, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 6 (mesmo valor em 2021)

10. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS: 10.1. Processos judiciais **provisionados**: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As . principais ações se referem a: · Processos fiscais: Referem-se, principalmente, não homologação de compensações de tributos federais e municipais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; · Processos trabalhistas, destacando-se: (i) Revisão da metodologia de apuração do comlemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) Diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) Ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisórias entre outros; e Processos cíveis: Pincipalmente contratos de afretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2022	2021
Passivo não circulante		
Fiscais	37.775	35.806
Trabalhistas	11.292	10.141
Cíveis	1.921	29.078
CIVCIS	50.988	75.025
A movimentação dos processos judiciais provisionados		
	no periodo	esta apre-
sentada a seguir:		

2021 62.973 Saldo inicial Adições (Baixas) líquidas (2.068)**Trabalhistas** 1.151 Cíveis Saldo final

Exceto pelos processos de natureza cível que estão relacionados às atividades da PB-LOG, os demais processos judiciais com o prognóstico de perda provável são oriundos das atividades operacionais da REFAP, para os quais existe um acordo contratual de ressarcimento pela Petrobras. Desta forma, foi constituído contas a receber no Ativo não circulante no montante de R\$ 49.068 (R\$ 45.947 em 31 de dezembro de 2021). A redução no saldo das provisões para contingências cíveis decorre do trânsito em julgado de processos judiciais, que determinou o pagamento, integral ou parcial, de condenações. Tais desembolsos, quando realizados por ré solidária que não a Companhia, acarretam o reconhec de obrigação de ressarcimento. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes

acordo com a natureza das causas correspondentes.	2022	2021
Ativo não circulante	LULL	
Trabalhistas	61	59
Fiscais	43.860	39.943
	43.921	40.002
A movimentação dos depósitos judiciais no período está	apresenta	da a seguir:
	2022	<u> 2021</u>
Saldo inicial	40.002	38.730
Adições	304	1.978
Atualizações	3.615	1.273
Baixas		<u>(1.979)</u>
Saldo final	<u>43.921</u>	40.002
10.2. Processos judiciais não provisionados: Os process	s <mark>os judici</mark> ais	que cons-
tituem obrigações presentes cuia saída de recursos pão	a provával	ou para os

tituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, para os quais a probabilidade de perda considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2022	2021
Fiscais	71.868	74.199
Trabalhistas	16.354	19.150
Cíveis	120.007	106.495
Ambientais	<u>250</u>	229
0	<u>208.479</u>	200.073

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas

como possívet.	
Descrição dos processos de natureza fiscal: Autor: União Federal	Estimativa
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	16.948
2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	54.294
Outros processos de natureza fiscal	626

oderos processos de nacareza riscar	OLO
Total de processos de natureza fiscal	71.868
Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física	Estimativa
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR).	

13.395

Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento

dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor.

2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. 2.959 Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhe-

cimento ou grau de recurso. Total de processos de natureza trabalhista 16.354



CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 - (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Descrição dos processos de natureza cível:	Estimativa
Autores: Pessoas Jurídicas	
1) Pleito de anulação de deduções em contrato de afretamento de embarcação. Situação atual: A sentença julgou procedente os pedidos, decisão em face da qual foi interposto recurso de apelação, pendente de apreciação.	2.245
2) Pleitos indenizatórios oriundos de contrato de serviços de logística. Situação atual: O juízo atendeu a requerimento da Companhia para a produção de prova técnica.	117.762
Total de processos de natureza cível	120.007
Descrição dos processos de natureza ambiental: Autores: Autoridades Governamentais	Estimativa
1) Infrações em discussão a respeito de danos ambientais onshore. Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação judicial.	250

10.3. Prática contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos. No entanto, passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles

cujos valores não possam ser estimados. 11. TRIBUTOS: 11.1. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar e a recolher

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulanto		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Imposto de Renda e							
Contribuição Social	71	185	_	_	50.723	40.003	
Impostos e contribuições							
PIS/COFINS	4.055	40.347	75.417	66.459	258	258	
Imposto Sobre Serviços	_	_	_	_	22.539	29.391	
Outros	_114	114			3.638	<u> 16.950</u>	
	4.240	40.646	75.417	66.459	77.158	86.602	
O imposto de renda e a contribuição social serão recuperados no curso das							

atividades operacionais da Companhia. 11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão			
	para	Programas		
	processos	de Remu-		
	<u>judiciais</u>	neração	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021	5.309	2.064	(660)	6.713
Reconhecido no resultado do exercício	4.578	(63)	(86)	4.429
Em 31 de dezembro de 2021	9.887	2.001	(746)	11.142
Reconhecido no resultado do exercício	(9.233)	(64)	(2.990)	(12.287)
Em 31 de dezembro de 2022	654	1.937	(3.736)	(1.145)
Impostos diferidos ativos	_	_	_	14.232
Impostos diferidos passivos				(3.090)
Em 31 de dezembro de 2021		_	_	11.142
Impostos diferidos ativos	_	_	_	3.417
Impostos diferidos passivos				(4.562)
Em 31 de dezembro de 2022	_	_	_	(1.145)
11.3. Prática contábil: A Companhia	utiliza de iu	ulgamentos	ara dete	rminar o
recenhacimente e e valer des tribut				

reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financei ras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o conglomerado Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros. 11.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro contábil antes dos tributos	1.759.437	2.125.129
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela		
aliquota fiscal nominal	598.209	722.544
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	(527)	(303)
Outros	(25)	30
Imposto de renda e contribuição social		
no resultado do exercício	597.656	722.271
Alíquota efetiva	34%	34%
A seguir, a composição da despesa do imposto de	e renda e da	contribuição

social sobre o lucro:	sobre o lucro.		
Joelal Jobile o Idelo.	2022	2021	
Corrente	585.369	726.700	
Diferido	12.287	(4.429)	
Total de despesa de imposto de renda e			
contribuição social	597.656	722.271	

11.5. Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do exercício que está sendo reportado, aplicando-se as alíquotas vigentes nesse exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. O imposto de renda e a contribuição social

diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a

itens diretamente reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 12.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 12.2. Participação acionária: O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. 12.3. Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido pela PBI OG (R\$ 49.880 em 31 de dezembro de 2022 e de O montante reconhecido pela PBLOG (R\$ 49.880 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021) já atinge o limite legal. **12.4. Remuneração ao acionista**: Quando proposta pela Companhia, a remuneração ao acionista ocorre sob a forma de dividendos e/ ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$ 75.825, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, e foi pago à Petrobras em 11 de maio de 2022. Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a outubro de 2022, no montante de R\$ 1.005.995, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 01 de dezembro de 2022, e pagos à Petrobras em 29 de dezembro de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os dividendos estão assim demonstrados:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício:	1.161.781	1.402.858
Lucro básico para determinação do dividendo	1.161.781	1.402.858
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários	1.005.995	1.327.033
Atualização monetária das antecipações - Selic	1.022	_
Dividendos adicionais propostos	<u>154.764</u>	<u>75.825</u>
	1.161.781	1.402.858
12.5. Lucro por ação: O lucro líquido diluído por ação	atingiu RS 0.	49 (R\$ 0.59

em 31 de dezembro de 2021). 1.161.781 2.360.959.993 Lucro líquido atribuível aos acionistas Quantidade de ações 1.402.858

Lucro líquido por ação (R\$ por ação) 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 13.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme detalhado a segu<u>ir:</u>

Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber de clientes, líquidas	483.642	481.071
Contas a receber de chentes, hquidas	522.767	353.276
Contas a receber - FIDC		
	1.006.410	834.348
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	49.068	45.947
Depósitos judiciais	43.921	40.002
,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	92.989	85.949
	1.099.399	920.297
Passivo	1.033.333	JEU.EJ7
Circulante	505.075	10.1.001
Fornecedores	586.035	494.891
Arrendamentos	1.102	109
Outros passivos	6.756	6.021
'	593.893	501.021
Não circulante		
Arrendamentos	1.177	1.950
	2.334	1.783
Outros passivos		
	3.511	3.733
	<u>597.404</u>	<u>504.754</u>
O principal ativo financeiro da Companhia é clas	sificado na catego	ria Contas

a Receber, não derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. 13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, exceto o Contas a receber - FIDC. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. O Contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 5 (a), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado. 14. GERENCIAMENTO DE RISCOS: A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **14.1. Risco cambial**: O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. **14.2. Risco de taxa de juros**: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras. 14.3. Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na eventual impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por ins-

cituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, orincipalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras. O aging dos recebíveis concedidos na data das demonstracões financeiras era:		
Recebíveis	2022	2021
A vencer	532.710	527.018
Vencidos há mais de 30 dias	<u>263</u> 532.973	263 527.281

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. A Administração avalia que os riscos de crédito

associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. 14.4. Risco de liquidez: O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	
Em 31 de Dezembro de 2022			
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	107.341	107.341	
Partes relacionadas	478.694	478.694	
Arrendamentos	2.279	2.279	
Outros passivos	9.090	9.090	
Total	597.404	597.404	
14.5. Valor justo dos ativos financeiros : Os valores justos dos ativos financeiros,			
juntamento com oc valores contábois aproces			

ıntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes: 2021 Valor

Valor

<u>Contábil</u>

522.767

Valo

<u>Justo</u>

<u>Contábil</u>

Valor

<u>Justo</u>

522.767

de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apres receita na demonstração de resultado do exercício:	entamos a cor	
	2022	2021
Receita bruta de serviços	4.219.609	5.022.588
ISS	(152.974)	(186.201)
PIS	(75.578)	(110.401)

15. RECEITA DE SERVIÇOS: A receita da Companhia está substancialmente con-

Caixa e Equivalentes de caixa Contas a receber FIDC

2.360.959.993

COFINS 15.1. Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina. A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia em cada um deles

quais são as promessas que podem ser consideradas como obrigações de performance. Obrigações de performance são cada promessa de transferir ao cliente: · bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou · série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de de-sempenho ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle dele. A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente. A contraprestação prometida em contratos com os clientes pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambo: 16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receitas Financeiras Juros e receitas (a) Variações monetárias ativas (b)	119.145 19.912 139.057	38.812 2.964 41.776
Despesas Financeiras		
Juros	(25)	(283)
Despesas com passivos de arrendamento	(229)	(30)
Variações monetárias passivas (c)	(1.122)	(28.346)
	(1.376)	(28.659)
(a) Major randimento com anlicações no EIDC em fui	acã <u>a da mai</u> ar (dicnonibili

(a) Maior rendimento com aplicações no FIDC, em função de maior disponibilidade de recursos para aplicação financeira (FIDC). (b) Contém atualização monetária, em 2022, referente ressarcimento de Contrato de Compartilhamento de Custos com a Petrobras. (c) Atualização monetária, em 2021, do ressarcimento à Petrobras de créditos tributários a recuperar das atividades da REFAP S/A.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

		2021
Reversões (provisões) com perdas e provisão		
para processos judiciais (a)	22.438	(13.476)
Despesas com ociosidade de embarcações	(7.724)	(5.177)
Multas contratuais (b)	(395)	5.116
Remuneração variável, prêmio por desempenho e PLR	(3.685)	(4.042)
Baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos	_	43
Ressarcimento créditos tributários (c)	_	(13.905)
Outras receitas (despesas), líquidas	(575)	259
	10.059	(31.182)
(-) C+5	4 D	- t l

(a) Contém efeito de divisão de custos e ressarcimento com a Petrobras. (b) Multas contratuais aplicadas em empresas prestadoras de serviços e provisão multas de clientes. (c) Ressarcimento à Petrobras de créditos tributários a recuperar das atividades da REFAP S/A.

18. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

18. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA		
10.525.257.52.007.007.007.007.	2022	2021
Despesas com pessoal cedido pela		
Controladora (administrativo)	(12.584)	(10.480)
Outras despesas administrativas	(1.109)	(988)
Compartilhamento de gastos com a		
Controladora (administrativo)	(6.912)	(3.483)
Depreciação e amortização (administrativo)	(303)	(21)
Despesas tributárias	(6.658)	(5.450)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.231.159)	(1.383.858)
Serviços logísticos	(688.044)	
Operações terrestres	(63.777)	(52.606)
Despesas com pessoal cedido pela		
Controladora (operacional)	(7.567)	(5.385)
Compartilhamento de gastos com a		()
Controladora (operacional)	-	(661)
Depreciação e amortização (operacional)	(74)	(76)
Outros custos operacionais	(13.057)	(19.408)
	<u>(2.031.244</u>)	<u>(2.074.277</u>)
Na demonstração de resultado:	(20.000)	(4.4.073)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.908)	(14.972)
Despesas Tributárias	(6.658)	(5.450)
Custos dos Serviços Prestados	(2.003.678)	(2.053.855)
	<u>(2.031.244</u>)	<u>(2.074.277</u>)

19. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras.

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO VALLE REAL Diretor Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO Diretor Financeiro EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/0-6 **GISELLE PACHECO TINOCO** Diretora de Operações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** - Rio de Janeiro - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logistica de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com sas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Enfase – Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 9, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, principalmente envolvendo à receita de serviços e os custos de serviços prestados . Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa

opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronúnciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável

pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pélos controles internos qué ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demónstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normás brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o áto de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações fálsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/0-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães Contador CRC RJ-092095/0-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022: I - Relatório da Administração; II - Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 3 de março de 2023, o Conselho Fiscal

opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Walber Monteiro de Almeida Conselheiro Fiscal - Presidente Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. Adriano Pereira de Paula Conselheiro Fiscal

Pedro Guedes Campelo Conselheiro Fiscal